

historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

O PODER OLIGÁRQUICO E A IMPREVISIBILIDADE DAS URNAS

Maria de Lourdes Monaco Janotti
Universidade de São Paulo

O título desta mesa-redonda “Eleições: fronteira final da representação do poder político?” já implica em uma reflexão nada simples. A compreensão do Estado moderno, seja no regime monárquico constitucional ou no republicano democrático, é solidamente fundamentada nos princípios do liberalismo, destacando-se entre eles a participação indireta dos cidadãos na gestão do poder político, pela realização de eleições. Para que essa representação se torne efetiva, o modelo liberal pressupõe a existência de partidos políticos – alicerçados na fidelidade partidária –, na opinião pública e no sufrágio universal. Em decorrência, o sistema eleitoral expressaria, em seus resultados, o consenso, o dissenso, os interesses de grupos sociais, antecedidos pelo controle das atividades do governo e pela mobilização das massas. Eleições por sufrágio universal, livres e periódicas são essenciais para que a representatividade se efetue e se estabeleça a responsabilidade política que liga governantes e governados.

Considerando a extrema relatividade do modelo democrático-liberal, pois mesmo nas democracias tradicionais e duradouras há escassa preocupação de largos extratos do eleitorado pela política, persistindo um relativo desconhecimento dos interesses em jogo, afirmaríamos que as eleições não se constituem na fronteira final da representação política se não forem resultado do atendimento das demandas provindas da organização da sociedade civil. Os votos reunidos por outros meios, como a cooptação e a coerção não expressam, de forma geral, os interesses de grupos divergentes e sim posições individuais nelas pesando aspectos psicológicos e irracionais: hábitos, adesão a um partido e

hostilidade em relação a outros, preconceitos, idiossincrasias, tradições familiares etc.

Mesmo com todas essas restrições, o conceito de representação política possui imenso valor simbólico e histórico na cultura ocidental, introjetando-se fortemente na consciência social como o principal mecanismo de legitimação do exercício do poder no Estado moderno, seja ele democrático ou autoritário.

Diversas particularidades da formação do Estado brasileiro, nascido sob a escravidão e fruto do pacto do agrarismo com a Monarquia, bem como da especificidade do desenvolvimento econômico dependente, inviabilizam a adoção de parâmetros analíticos gerados em outros contextos. Férreos mecanismos de exclusão social mantiveram a solidez do domínio oligárquico que, até a década de 30, sequer precisava usar de seu poder para cooptar outros setores sociais emergentes.

No Império e na República Velha, a previsibilidade das eleições repousava no controle criminoso de todas as etapas do processo eleitoral. As eleições se resolviam antes de sua própria realização por um conselho de notáveis que controlava as candidaturas partidárias. Apenas havia dissensões significativas dentro do grupo oligárquico quando um chefe político de expressão regional traía os compromissos assumidos e canalizava os votos por ele cativados a um candidato não previamente acordado. Neste caso, sucediam-se enfrentamentos e acordos de cúpula até que se resolvesse pela diplomação ou degola do candidato. Quanto às lutas coronelísticas, manifestas nas eleições locais, resolviam-se pela violência e manipulação dos resultados eleitorais.

Levando-se em conta a fragilidade do processo de industrialização brasileira, as mudanças não foram suficientes para provocar radicais transformações econômico-sociais em todo o país, sobrevivendo muitas das formas tradicionais de dominação. O “novo” convive com o “velho” que, em muitos casos, o suplantou. As oligarquias não se enfraqueceram com a mesma intensidade em todo o país; em áreas de maior concentração urbana adquiriram nova roupagem, mas continuaram nos mesmos moldes em regiões de economia com fracos índices de produtividade.

de. Conservando muitos de seus adereços anteriores, o Brasil tem se modernizado lentamente em meio a avanços e recuos.

O sufrágio universal e a extensão do voto ao analfabeto não foram suficientes para que o tecido social esgarçado se fizesse representar mais fortemente nos poderes do Estado. As classes dominantes, assentadas nos setores fundiário, comercial, industrial e financeiro dependentes da política econômica do governo ou de capitais estrangeiros, poucos compromissos selaram com as classes populares e com a democratização do país.

Colocadas essas premissas, creio que a abordagem das eleições pela História Política deve captar em cada momento analisando sua própria historicidade, procurando compreender conjuntamente os eventos eleitorais e a idéia introjetada pela sociedade de representação política, não deixando, porém, de visar a construção de uma história das eleições no Brasil de “longa duração”. A História como pensamento e prática, bem como a idealização da participação democrática e o comportamento eleitoral são os elementos tangíveis e fundamentais de tal análise. Dentro dessa perspectiva procurarei responder às duas perguntas propostas.

457

1ª TEM SIDO USADO O ARGUMENTO DE QUE AS ELEIÇÕES SE CONSTITUEM EM UM APRENDIZADO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA. COM BASE EM SUAS PESQUISAS VOCÊ PODERIA AFIRMAR QUE AS ELEIÇÕES NO BRASIL EXPRESSAM OU EXPRESSARAM EM ALGUM MOMENTO A VONTADE POPULAR?

A afirmação de que a participação em eleições sucessivas possibilita um aprendizado para o eleitor baseia-se em observação circunscrita a eventos de curtíssimo prazo e limitada à experiência individual ou familiar. Estendido tal raciocínio a toda sociedade, seremos levados a considerá-la ainda imatura para o exercício da cidadania reforçando, dessa forma, um dos pressupostos do pensamento antidemocrático, tão bem expresso por Oliveira Vianna e consagrado pela conhecida expressão “brasileiro não sabe votar”. Se o devenir histórico eleitoral fosse propedêutico nas democracias tradicionais, não haveria índices crescentes de abstenção de votantes, como se dá contemporaneamente.

Por essas razões, discordo da primeira parte da pergunta; não há lições a serem transmitidas; as eleições definem-se no tempo

nervoso dos episódios cotidianos da política, enquanto o amadurecimento do exercício da cidadania se vincula às lutas reivindicatórias por direitos e liberdade, frutos da organização da sociedade civil.

Em minhas pesquisas sobre o século XIX deparei-me com João Francisco Lisboa (1812-1863), historiador e publicista maranhense, militante das idéias liberais. Crítico mordaz, denunciou o abismo que separava o discurso liberal da prática política. O conhecimento dos eventos políticos do quinquênio liberal (de 1844 a 1848), agitado por toda sorte de incoerências partidárias e desilusões quanto às expectativas de reformas imediatas, é a referência fundamental para a compreensão de sua obra pessimista. Seu julgamento sobre a vida pública encontra-se nos fascículos do *Journal de Timon*, especialmente no título “Partidos e Eleições”¹.

Resolvi perguntar-lhe se o sistema eleitoral funcionava bem no Império. Começou sua exposição pelos partidos do Império. Monarquistas ferrenhos, não se achavam divididos por altas questões religiosas ou políticas, nem por pontos de vista diferentes sobre o comércio e a indústria. Se a ordem alguma vez esteve comprometida, não foi por razões de princípios e sim pelas paixões que a sua aplicação excitou:

Nenhum deles [dos partidos] tem sólido apoio na opinião pública, nem prende as suas raízes nas grandes massas da população. E como poderia isso ser, se a população já de fatigada e desengana-
nada, se tornou indiferente; e nem sequer existe isso a que se chama ‘opinião pública’? (...) Tenho observado que em regra geral, entre nós, não é a mudança da opinião pública quem determina a mudança de política, antes é esta quem determina a mudança aparente da sombra de opinião que na realidade ou não existe, ou é muito fraca para que entre em linha de conta no exercício das faculdades e veleidades, que dão em resultado as mutações de cenas².

Da chamada grande política passou a tratar da situação partidária maranhense:

Nesta heróica província, a contar da época em que nela se inaugurou o sistema constitucional, os partidos já não têm conta, peso, ou medida; tais, tantos, de todo tamanho, nome e qualida-

de têm eles sido (...) As aves do céu, os peixes do mar, os bichos do mato, as mais imundas alimárias e sevandijas já não podem dar nomes que bastem a designá-los, a eles e aos seus periódicos, os Cangambás, Jaburus, Bacuraus, Moróssocas, Papistas, Sururus, Guaribas e Catingueiros. Assim, os partidos os vão buscar nas suas pretendidas tendências e princípios, nos ciúmes de localidades, nas disposições anti-metropolitanas, na influência deste ou daquele chefe, desta ou daquela família, e eis aí a rebentar de cada club ou coluna de jornal, como do cérebro de Júpiter, armados de ponto em branco, o partido liberal, o conservador, o centralizador, o nor-tista, o sulista, o provincialista, o federalista, o nacional, o anti-lusitano, o anti-baiano, o republicano, o democrático, o monarquista, o constitucional, o ordeiro, o desorganizador, o anarquista, o absolutista, o grupo Santiago, o grupo Pantaleão, os Afranistas, os Bavistas, a camarilha, a cabilda e o pugilo³.

Constatando a inexistência de partidos sólidos e de opinião pública informada por imprensa honesta, J. F. Lisboa expôs uma visão desalentadora das eleições, transformadas no Brasil em princípio e fim de todas as atividades partidárias. Passou, então, a mencionar o cortejo de crimes que as acompanhava: “A par da estupidez, marcha feliz, descarada e avante, a corrupção e a imoralidade; e pode-se sem exageração dizer que não há imundície e podridão que os nossos enxurros eleitorais não tenham trazido à superfície da sociedade”⁴.

Ante quadro tão estarrecedor, o autor concluiu ceticamente:

Se fosse lícito admitir a possibilidade de umas eleições perfeitamente livres e pacíficas, em que os votantes, descativados de quaisquer influências e sugestões estranhas, procedessem isoladamente, sem concerto, e em toda a liberdade e pureza de consciência, o resultado provável seria que apenas uma meia dúzia dos menos remissos iria à urna lançar votos verdadeiramente abomináveis. O grande número se deixaria ficar em suas casas, porque aos atuais estímulos para o mal, sucederão o cansaço, o desânimo e a indiferença, primeiro que possam ter força e vigor os incentivos para o bem⁵.

Embora o historiador maranhense tivesse feito uma análise pertinente dos costumes políticos, não chegou a contestar as instituições que os determinavam. Pertencia a uma geração de intelectuais, ligada indissolavelmente ao regime monárquico e às classes dirigentes, que se debatia nas contradições entre a teoria

liberal e uma sociedade escravocrata e conservadora. Como seus contemporâneos, repudiou a escravidão mas não foi abolicionista; criticou a monarquia e a ironizou em várias ocasiões, mas não foi republicano; desiludiu-se dos partidos, mas não se desligou da política; desmereceu os títulos honoríficos, mas os pleiteou; defendeu o direito revolucionário praieiro, mas não aderiu à Balaiada; indignou-se com a “ordem estabelecida”, mas não lutou contra ela.

Mesmo não subscrevendo as idéias de J. F. Lisboa, acredito que ele respondeu em grande parte à pergunta proposta. O coronelismo e os procedimentos oligárquicos, bases da estrutura política do Império e da República, pelo menos até o Estado Novo, não permitiram que a vontade popular se manifestasse eleitoralmente. O voto dirigido - enraizado na tradição e na força de chefes políticos -, o colégio eleitoral numericamente pouco expressivo, o insucesso em conter a fraude por meio das reformas eleitorais fizeram com que persistisse o falseamento da representação política no Brasil calcado, acima de tudo, na exclusão econômica de grande parte da população. A coalizão autoritária entre a oligarquia rural e o Estado não conduziu a uma política bem definida de representação de interesses, nem a uma maior abertura do sistema político a outros setores sociais.

Se a vontade popular não esteve nas urnas teria sido ela inexistente? Não creio, restou-lhe o espaço da rebelião, desencadeada pelas divergências das classes dominantes, a partir da Regência. Lembrando a Balaiada e a Cabanagem do Pará, sabemos que os proprietários recuaram e cederam às forças do Governo Central no momento em que a luta assumiu um irreversível caráter subversivo. O Governo ganhou, os poderosos amargaram seus prejuízos e os batalhões compostos de escravos, tropeiros e toda sorte de desgarrados e despossuídos dos sertões foram aniquilados. A bibliografia que se fixa em constatar a lentidão das mudanças estruturais, menosprezando a prática política dos proprietários, deixa de captar a historicidade do momento e corre o risco de ignorar e desqualificar a potencialidade da luta democrática que, em algumas conjunturas de nossa His-

tória, aterrorizou a oligarquia a ponto de fazê-la reconhecer a esfera própria de poder do Estado.

2ª. EM QUE MEDIDA SE COLOCA A DIMENSÃO INDIVIDUAL E CORPORATIVA NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E NA PRÁTICA ELEITORAL?

É notável como alguns integrantes do poder federal referem-se, em seus pronunciamentos, aos seus representados. Falam genericamente em nome do Brasil, do povo brasileiro e de seus Estados, julgando-se arautos de toda a sociedade. Os *Anais do Congresso Nacional* e as *Mensagens Presidenciais*, desde os inícios da República, contêm inúmeras referências dessa ordem. Quando do *impeachment* do presidente Fernando Collor, vários congressistas deram mostras lamentáveis do que entendiam por representação, ao justificar seus votos frente à televisão. Declararam-se intérpretes de Deus, da Pátria, de familiares, da moral, dos mato-grossenses, dos potiguares, dos pobres, dos deficientes etc.

Não se pode esquecer que figuras de retórica também se asentam em realidades tangíveis:

A própria noção de que os grupos políticos devem representar interesses tende a ser vista como imprópria pela elite brasileira. Ao contrário, sempre prevaleceu a idéia de que partidos e políticos devem se colocar 'acima dos interesses' e ter sempre em mira os objetivos da nação como um todo. Um questionário aplicado aos participantes da IV Convenção Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil em 1970 dá uma boa indicação deste fato. Quando perguntados sobre se os partidos políticos brasileiros deveriam representar diferentes grupos de interesses ou permanecer acima de interesses privados, a grande maioria optou pela última alternativa, uma atitude que parecia ser tão mais forte quanto maior fosse a idade do entrevistado⁶.

No âmbito estadual ou municipal os governantes e legisladores sentem-se mais à vontade para dar "nomes aos bois". Em 1909, o deputado paulista Júlio Prestes (sem dúvida inspirador da futura bancada ruralista) declarava na Assembléia Legislativa: "Estamos legislando para a classe dos agricultores que constitui toda a vida, toda a riqueza, toda a prosperidade do nosso país, que vem honrando nossas tradições, formando a nossa nacionalidade"⁷. Nin-

guém, porém, usou de tanta franqueza como o político gaúcho João Neves da Fontoura em 1930:

O que caracteriza a obra política de Júlio de Castilhos é que ele era um presidencialista sobre os demais presidencialistas, porque tinha horror à chamada demagogia. Quero dizer que ele não acreditava, (...) como eu não acredito, na chamada soberania do povo, do povo ignorante e amorfo. Tenhamos a coragem de confessar que num país que não sabe ler não pode haver opinião organizada e que essas frases sonoras são destinadas apenas a engodar o parecer dos ignorantes⁸.

Apesar da visibilidade política da classe operária, dos confrontos sociais e o aparecimento do PCB, o discurso contestador das décadas de 20 e 30 não alterou substancialmente a crítica que há décadas se fazia contra as oligarquias, nem a concepção genérica de representação. Sob esse aspecto, a ditadura getulista alterou, embora de forma efêmera, a prática representativa ao torná-la corporativa.

Não há dúvida que no jogo da política republicana a dimensão individual transformou-se com o tempo. Na República Velha, o sistema federal se estabeleceu a partir da Política dos Estados do presidente Campos Sales. Os partidos estaduais tinham apenas compromissos locais e regionais e não se definiam por uma linha de conduta nacional, por isso o presidencialismo assumiu, todo poderoso, o comando central. Nesse arranjo, mantiveram-se as lideranças fieis às relações tradicionais de compadrio, tornando o alcance de sua ação estritamente circunscrito. Afirmando que várias tentativas de rompimento de sistema não surtiram efeito, interpreta Raymundo Faoro:

Fracassados os sistemas partidários a realidade incontrastável será a do Presidente da República, conjugada aos governadores, num influxo recíproco, que acentua a força do primeiro, quando um grande Estado nele se encarna. (...) A elite, descomprometida de fidelidade a idéias e programas, só viverá com o apoio das bases estaduais, enquanto favorecidas pela benevolência presidencial⁹.

Após a revolução de 30, adquire sentido falar-se na necessidade de cooptação de grupos alijados da política que pressionam para ingressar em uma estrutura de representação débil e

controlada. O discurso de Vargas consagrou os “Trabalhadores do Brasil” como legitimadores de seu poder presidencial e ditatorial. Na década de 40, a estratégia getulista de cooptação já havia criado condições para que, por intermédio de organizações partidárias mobilizadoras do eleitorado, aparecesse um novo tipo de liderança, semelhante à sua, denominada por muitos de populista. O surgimento dos partidos de massa como o PTB e o PSP, construídos em torno do carisma de seus chefes, permitiu que a vontade de segmentos populares se depositassem nas urnas, provocando modificações substanciais na cena pública e o acirramento da reação conservadora.

Caso extremo do alcance da dimensão individual na prática eleitoral foi o enorme número de sufrágios obtidos por Getúlio Vargas nas eleições de 1945, apesar de não ter se candidatado oficialmente.

O escritor Affonso Henriques, conhecido por sua posição radical antigetulista, em seu livro *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*¹⁰ deixa claro a quem se dirige:

Aos que não estão perfeitamente a par dos acontecimentos históricos do Brasil ocorridos ao apagar das luzes do Estado Novo, parece difícil compreender como é que o ditador, depois de cometer tantas iniquidades, e depois de haver sido deposto num movimento espetacular da opinião pública consciente, conseguiu voltar à evidência e à ribalta da política brasileira, chegando ao ponto de ser eleito senador da República por sete diferentes Estados, inclusive o Estado de São Paulo, o Estado mais sacrificado pelos seus desmandos. Isso se deve à incúria incrível dos que o depuseram em 29 de outubro e não tomaram imediatamente as necessárias providências para desmontar a máquina política que, durante os quinze anos de governo o ditador havia instalado em todos os Estados da República. E conclui virulentamente: Considerando-se que (...) a grande maioria do eleitorado brasileiro se compõe de gente com menos de um ano de curso primário, não foi difícil à camarilha de Vargas arrastá-lo às urnas, qual rebanho dócil, a ser abatido no matadouro cívico do ditador¹¹.

Embora seu texto contenha um amontoado de equívocos, constituiu-se em arma de uma luta dos udenistas da década de 50 contra a memória construída pela classe trabalhadora sobre Vargas.

As vitórias eleitorais de Vargas assustaram a oposição de tal forma que esta passou a assumir uma atitude golpista em relação a todos os governos eleitos pelo apoio e mobilização das massas, como provam as articulações contra a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Essa atitude extremada concretiza-se no golpe militar de 64, fazendo desaparecer o tipo de liderança populista, sufocando reivindicações democratizantes.

Atualmente, a preconizada integração do Brasil no mundo globalizado e capitalista da ordem neo-liberal contém em si um grande paradoxo: a apropriação do discurso modernizador por classes conservadoras que se vêem como delegadas do Estado. Pretendendo acabar com a era Vargas e imprimir racionalidade ao Estado, a maioria dos homens públicos enquadrou-se dentro de um concerto político desmobilizador apoiado pela mídia. Apesar do sistema estar organizado oficialmente em torno das lideranças partidárias, coexistem no Congresso bancadas que representam interesses específicos como, entre outras, a ruralista, a evangélica e bancadas regionais de forma quase independente das legendas partidárias que elegeram seus integrantes.

A oposição, embora com significativos ganhos eleitorais, como no caso do Partido dos Trabalhadores, ainda não consegue romper o férreo pacto estabelecido, onde se conjugam interesses regionais e burgueses com os de organizações financeiras internacionais. O esforço de movimentos sociais dos despossuídos em prol de terra, de moradia, de instrução, de saúde e de trabalho atesta dramaticamente a lentidão com que seus direitos são reconhecidos. No entanto, essas novas organizações da sociedade civil geram pressões reivindicatórias que tendem para o alargamento da representatividade das classes populares.

NOTAS

¹In *Obras Completas de João Francisco Lisboa*. Reedição de Antonio Henriques Leal e Luiz Carlos Pereira de Castro; apreciação crítica de Theofilo Braga. Lisboa, Tip. Mattos Pereira & Pinheiro, 1901. 02 vols. Publicado nos fascículos de nº 01 a 10 em 1852 e 1853.

²*Idem*, p. 178.

³*Idem*, pp. 107-108.

⁴*Idem*, p. 167.

⁵*Idem*, p. 169.

⁶SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 3ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro, Campus, 1988, pp. 31-32.

⁷24ª Seção Ordinária de 13 de set. de 1909. Apud ROSA, Zita de Paula. *A dominação legitimada*. São Paulo/Brasília, Contexto/CNPq, 1990, p. 89.

⁸FONTOURA, João Neves da. *Discursos parlamentares (1921-1928)*. Org. por Carmen Aita, Gunter Axt e Vladimir Araújo. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997, pp. 197-198.

⁹FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 2ª ed. rev. e aumentada. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1975, 02 vols. pp. 562-563.

¹⁰HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro/São Paulo, Distribuidora Record, s./d. 03 vols. Indicações esparsas situam nos 03 volumes entre os anos de 1958 e 1961.

¹¹*Idem*, vol. 02, *Vargas e o Estado Novo*, pp. 384-385.